



5^o Encontro Nacional

Membros Afiliados • 2023
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

30, 31 DE AGOSTO E 1^o DE SETEMBRO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

5^o ENCONTRO NACIONAL DE MEMBROS AFILIADOS DA ABC

SOBERANIA E SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RELATÓRIO FINAL



ACADEMIA
BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS

MCMXVI

5º ENCONTRO NACIONAL DE MEMBROS AFILIADOS DA ABC

30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2023

“SOBERANIA E SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação

Glaucius Oliva (USP)

Marcio de Castro Silva Filho (USP)

Comitê Científico

Boniek Gontijo Vaz (UFG)

Denise Brentan da Silva (UFMS)

Denise Moraes da Fonseca (USP)

Jaqueline Godoy Mesquita (UnB)

Josiane D. V. Barbosa (Senai/Cimatec)

Juliana Hipólito de Sousa (INPA)

Nara Lins Meira Quintão (Univali)

Pedro da Silva Peixoto (USP)

Taissa Rodrigues Marques da Silva (UFES)

Thaiane Moreira de Oliveira (UFF)

Organização

Gabriella Mello

Colaboração

Elisa Oswaldo-Cruz

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Coordenação

Denise Brentan da Silva (UFMS)

Taissa Rodrigues Marques da Silva (UFES)

Thaiane Moreira de Oliveira (UFF)

Colaboração

Amurabi de Oliveira (UFSC)

Juliana Hipólito de Sousa (INPA)

Ana Chies (UFRGS)

Denise Brentan da Silva (UFMS)

Denise Moraes da Fonseca (USP)

Jaqueline Godoy Mesquita (UnB)

José Rafael Bordin (UFPEL)

Josiane D. V. Barbosa (Senai/Cimatec)

Mychael Loureço (UFRJ)

Nara Lins Meira Quintão (Univali)

Pedro da Silva Peixoto (USP)

Priscilla Olsen (UFRJ)

Walter Beys (UFRGS)

5º ENCONTRO NACIONAL DE MEMBROS AFILIADOS DA ABC

SOBERANIA E SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Brasília, 30 de agosto a 1º de setembro de 2023

Relatório Final

Entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro de 2023, membros afiliados da Academia Brasileira de Ciências reuniram-se na Universidade de São Paulo para discussão de uma temática de grande importância no cenário atual, sobretudo em um contexto no qual o Brasil tem sido um relevante ator político no debate sobre mudanças climáticas. O tema do 5º Encontro Nacional de Membros Afiliados da ABC foi “Soberania e Sustentabilidade em Tempos de Mudanças Climáticas” e contou com a participação de diversos representantes de entidades científicas do país.

A sustentabilidade e a soberania são conceitos intrinsecamente interligados, especialmente em face das mudanças climáticas que desafiam a estabilidade de nossos ecossistemas e a segurança de nossas nações. À medida que o mundo enfrenta uma crise climática de proporções sem precedentes, a necessidade de garantir um equilíbrio entre a prosperidade das sociedades humanas e a preservação do meio ambiente tornou-se mais urgente do que nunca. Em tempos de mudanças climáticas, a busca pela sustentabilidade e soberania torna-se um desafio cada vez mais complexo e crucial. A necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental é uma das tarefas mais prementes da nossa era. Este equilíbrio deve ser alcançado por meio da promoção de práticas sustentáveis, políticas ambientais sólidas, cooperação internacional e a garantia de que as decisões que afetam o meio ambiente sejam tomadas de forma justa e equitativa.

Para enfrentar o imenso desafio, a participação e recomendações com base em evidências de especialistas são fundamentais para a tomada de decisão visando a mitigação das mudanças climáticas. Mas para isso, é fundamental que os países fortaleçam seus ecossistemas científicos, apoiando lideranças científicas receptivas a pesquisas inovadoras e disruptivas, prontos para o diálogo e a colaboração não apenas dentro da comunidade científica global, mas também com a sociedade em geral, sobretudo frente a um contexto de negacionismo climático e desinformação ambiental. Esse fortalecimento deve não apenas prover evidências para a tomada de decisão, mas também buscar uma integração mais profunda entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos, promovendo uma abordagem inclusiva e holística.

Contudo, desafios relacionados à sustentabilidade e soberania também têm repercussões significativas no ecossistema científico. Por um lado, é imprescindível promover uma integração coesa de pesquisas e métodos de publicação em acesso aberto, assegurando a democratização do conhecimento em prol de toda a sociedade. Por outro lado, é igualmente essencial desenvolver um sistema científico soberano, capaz de definir suas próprias agendas de pesquisa e reconhecê-las

como um recurso político estratégico para garantir a soberania nacional. Isso requer um diálogo expandido com diversos setores da sociedade, facilitando a comunicação dos resultados e dos processos de pesquisa. Além disso, exige uma maior colaboração entre o setor público e privado, mediada pelo Estado, que não apenas esteja alinhada com as dinâmicas de mercado, mas também seja sensível às necessidades e demandas da sociedade em geral, com o objetivo de fomentar uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Estes são desafios que não dizem respeito apenas a uma nação, mas ao mundo como um todo. As mudanças climáticas são um problema global que exige uma ação coordenada e colaborativa em todas as nações. É necessário garantir que, em tempos de mudanças climáticas, os princípios da sustentabilidade e da soberania sejam respeitados e promovidos em todo o mundo, para que possamos enfrentar essa crise com justiça, respeito ao meio ambiente e solidariedade internacional.

A pesquisa científica e a preservação do meio ambiente são temas de vital importância para o Brasil e o mundo. À medida que a sociedade enfrenta desafios crescentes relacionados à degradação ambiental, à perda de biodiversidade e às mudanças climáticas, a necessidade de ações eficazes e estratégias de formação se torna cada vez mais urgente. Diante deste contexto, este documento busca tecer recomendações a partir de sete eixos centrais para a promoção de um ecossistema científico sustentável e soberano em tempos de mudanças climáticas. Os sete eixos apresentados neste documento traçam um panorama abrangente das áreas-chave que demandam atenção, políticas e investimentos direcionados, destacando a importância de ações inter e transdisciplinares para enfrentar esses desafios que exigem a colaboração entre diversas áreas do conhecimento, promovendo uma abordagem holística e integrada na busca de soluções sustentáveis.

Eixo 1 - Pesquisa e Formação com tópicos sobre meio ambiente

1. Formação Profissional para o Extrativismo Sustentável e Responsável

Incentivar a capacitação de profissionais para o setor de extrativismo, explorando alternativas viáveis além da formação universitária tradicional, a fim de atender às demandas de todas as partes envolvidas.

2. Políticas de Gerenciamento de Resíduos

Estabelecer políticas abrangentes para lidar não apenas com resíduos visíveis, mas também com contaminantes emergentes, como microplásticos, efluentes industriais e produtos farmacêuticos na água. Desenvolver regulamentações específicas e produzir documentos de políticas públicas (ex. *policy briefs*), com base em estudos que consolidem evidências, publicados pela Academia Brasileira de Ciências.

3. Instituto Tecnológico da Amazônia (AMIT)

Continuar o desenvolvimento do AMIT, fomentando parcerias público-privadas e colaborações com universidades internacionais. O foco deve ser na criação de um instituto de alto padrão voltado para a tecnologia e adaptado às necessidades da região amazônica.

4. Pesquisa em Bioeconomia, Agroflorestas Sustentáveis, Restauração e Conservação

Estimular a pesquisa e a inovação em tecnologias relacionadas à bioeconomia e sistemas agroflorestais, promovendo a utilização sustentável dos recursos naturais da região, bem como a restauração e conservação.

5. Conscientização sobre Padrões de Vida e Consumo Sustentáveis

Envolver a população dos biomas locais, valorizando práticas tradicionais de gestão de recursos, investindo na comunicação público-científica, ao mesmo tempo em que se facilita o acesso às tecnologias apropriadas. O objetivo é encontrar um equilíbrio adequado entre essas abordagens.

6. Programa Pronera e Valorização do Conhecimento Tradicional

Reforçar programas como o Pronera, os quais promovem a integração do conhecimento tradicional na sala de aula, e colaborar com comunidades tradicionais em pesquisas colaborativas que respeitem e enriqueçam suas culturas. O objetivo é construir conhecimento em conjunto, sem tratar essas comunidades como meros objetos de estudo.

7. Desburocratização da Pesquisa em Biodiversidade

Simplificar e flexibilizar os procedimentos burocráticos relacionados à pesquisa em biodiversidade, permitindo que pesquisadores e instituições se concentrem mais na geração de conhecimento e menos em trâmites administrativos, sobretudo àqueles passíveis de penalidades.

Eixo 2 - Comunicação Científica e Educação Ambiental

1. Integração da Comunicação Científica com Temas Relevantes

Fomentar a conexão da comunicação científica com tópicos de significativa importância, tais como biodiversidade, saúde humana, mudanças climáticas, conservação e alimentação.

2. Promoção de Divulgação Científica Acessível

Estabelecer programas de divulgação científica que sejam acessíveis e compreensíveis para o público em geral, tornando a ciência mais próxima e acessível, através de iniciativas de popularização da ciência e de educação científica de maneira que possa alcançar diferentes segmentos da sociedade.

3. Colaboração entre Cientistas e Tomadores de Decisão

Estimular a colaboração entre cientistas e formuladores de políticas para desenvolver medidas públicas eficazes relacionadas a questões ambientais e de biodiversidade, incluindo a elaboração de legislação ambiental mais rigorosa e planos de ação concretos.

4. Participação de Cientistas nas Escolas

Incentivar a presença de cientistas nas escolas para educar as gerações de pesquisadores e pesquisadoras em início e meio de carreira sobre a importância da biodiversidade e das questões socioambientais, promovendo a inclusão de programas de educação ambiental nas escolas que contemplem a contribuição dos cientistas.

5. Promoção da Comunicação Multidisciplinar

Fomentar a comunicação multidisciplinar nas instituições acadêmicas, incentivando a colaboração entre cientistas de diversas áreas para abordar desafios complexos relacionados à biodiversidade.

6. Estabelecimento de Políticas para Profissionalização da Comunicação Científica

Implementar políticas internas nas instituições acadêmicas e de pesquisa que incentivem e apoiem a comunicação científica eficaz, incluindo a criação de cargos, núcleos, agências ou departamentos dedicados a essa finalidade. Prever percentuais de projetos de pesquisa dedicados à contratação de agências profissionais de divulgação científica. A comunicação científica, neste sentido, deve ser reconhecida como uma competência profissional específica, com domínio de especialistas sobre técnicas e estratégias adequadas para uma ampliação da divulgação e não como uma responsabilidade a mais do pesquisador.

7. Desenvolvimento de Programas de Treinamento em Comunicação para Cientistas

Criar programas de treinamento em comunicação para cientistas, auxiliando-os a se comunicarem de forma eficaz com a mídia e o público em geral, o que pode envolver a realização de workshops, cursos e disponibilização de recursos online.

Eixo 3 – Financiamento, Transparência e Capacitação

1. Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ)

Ao longo do evento, discutiu-se a possibilidade de reajustar as Bolsas PQ, que representam importantes incentivos aos pesquisadores. Foi mencionado um abaixo-assinado demonstrando o interesse em manter o modelo atual de bolsas em vez de adotar um sistema de *grants*. A proposta incluiu a ideia de adicionar uma taxa de bancada para a bolsa PQ2 e modificar a classificação das bolsas PQ1A, B, C, D para PQA, B, C, D e E. Também se apontou a necessidade de categorias de nível 2 (atualmente E) terem direitos a votações, participação e escolhas sobre representantes de área, demanda também pelo CNPq. Estas propostas atendidas, e com previsão de taxa de bancada, representam um avanço significativo para a academia. No entanto, é necessário avançar nas definições de critérios para a mudança de categorias, com normas globais sem que a autonomia decisória sobre a qualidade dos projetos seja retirada das comissões de avaliação. Além disso, também seria importante a ruptura com relação à hierarquização dos bolsistas PQ do país para que ocorra maior inclusão de pesquisadores e pesquisadoras em meio de carreira nessas representações e comitês avaliadores.

2. Aprimoramento da Informação sobre Fomentos

Recomenda-se a implementação de mecanismos para monitorar o uso dos recursos provenientes de fomentos. Por exemplo, a criação de um portal que disponibilize informações detalhadas sobre os projetos financiados e os resultados alcançados.

3. Transparência nos Dados de Financiamento

Destaca-se a importância da transparência em relação aos dados de financiamento por pesquisador, com a necessidade de tornar essas informações acessíveis ao público em geral. Isso assegura a prestação de contas e promove a equidade no acesso a recursos.

4. Divulgação de Chamadas Internacionais e Capacitação em Editais de Internacionalização

Propõe-se a utilização da plataforma da Academia Brasileira de Ciências (ABC) como um meio para divulgar oportunidades de chamadas internacionais e para conduzir workshops que ofereçam

orientação sobre como se candidatar a *grants* internacionais. Essas ações visam ampliar as oportunidades de pesquisa em âmbito global. Sugere-se ainda que a ABC disponibilize uma lista oficial de editais internacionais, facilitando o acesso dos pesquisadores e pesquisadoras a essas oportunidades. Além disso, a ABC pode desempenhar um papel importante na capacitação dos pesquisadores e pesquisadoras para melhor se prepararem e aprimorarem suas candidaturas em processos de internacionalização.

5. Capacitação em Comunicação de Pesquisas de Impacto Social para Interação com Gestores de Políticas Públicas

Para otimizar o impacto das pesquisas científicas na formulação de políticas públicas, é essencial promover a capacitação dos pesquisadores e pesquisadoras em comunicação eficaz com gestores de políticas públicas. Muitas pesquisas possuem resultados valiosos que poderiam ser aplicados para melhorar a qualidade de vida da sociedade e abordar desafios complexos, mas frequentemente essas descobertas não chegam aos responsáveis pela tomada de decisões. Portanto, um investimento significativo deve ser feito na capacitação dos cientistas para comunicar suas pesquisas de maneira acessível, relevante e impactante para os gestores públicos. Essa capacitação também deve incluir o treinamento em estratégias eficazes de engajamento com decisores políticos, a compreensão das necessidades e prioridades desses gestores e o estabelecimento de canais de comunicação direta com eles. Isso permitirá que os pesquisadores e pesquisadoras sejam atores mais ativos na promoção de mudanças positivas e na influência das políticas públicas com base em evidências científicas.

Eixo 4 - Políticas Nacionais de Interação Público-Privada em Inovação Social

1. Avaliação Financeira da Inovação

É fundamental que empresas e startups envolvidas em projetos de inovação avaliem não apenas os ganhos imediatos, mas também os benefícios de longo prazo, como ganhos de eficiência, expansão de mercado e criação de valor. Isso pode ser alcançado por meio de análises de viabilidade econômica e estratégias de negócios que levem em consideração o impacto financeiro de suas iniciativas inovadoras. Instituições de apoio à inovação, como universidades e órgãos governamentais, podem desempenhar um papel vital ao oferecer orientação e recursos para auxiliar as empresas na avaliação e planejamento de seus projetos de inovação.

2. Desenvolvimento de Políticas Nacionais de Interação Público-Privada em Inovação

Para aprimorar a colaboração entre o setor público e privado na área de inovação, é essencial que o governo elabore políticas nacionais abrangentes. Essas políticas podem englobar incentivos fiscais, parcerias estratégicas, programas de financiamento e regulamentações claras que promovam a colaboração entre empresas, universidades, institutos de pesquisa e o governo. Uma política nacional de inovação pode fornecer diretrizes e estruturas para incentivar uma cultura de inovação e impulsionar a transferência de tecnologia, beneficiando a economia como um todo.

3. Inclusão da Inovação na Avaliação da Pós-Graduação (PG)

Recomenda-se a inclusão de critérios relacionados à inovação e tecnologia, inclusive inovação e tecnologia social, na avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) quando for pertinente para a área, com o objetivo de fortalecer a contribuição da pós-graduação nacional para o desenvolvimento tecnológico do país.

4. Diversificação das Fontes de Financiamento

É importante buscar financiamento de diversas fontes, abrangendo tanto setores público quanto privado, para apoiar pesquisas e iniciativas relacionadas à biodiversidade e ao meio ambiente. Isso pode incluir parcerias público-privadas e iniciativas de investimento social destinadas a promover soluções sustentáveis.

5. Promoção da Inovação Social e Empreendedorismo

A promoção da inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo é essencial. Isso pode ser alcançado facilitando a comunicação entre universidades e empresas, criando ambientes propícios à inovação social e direcionando esforços para o desenvolvimento de tecnologias sociais com foco na biodiversidade e sustentabilidade regional.

Eixo 5 - Acesso Aberto e Publicações Científicas

1. Promoção do Acesso Aberto em Publicações Científicas

É crucial incentivar o acesso aberto em publicações científicas, oferecendo alternativas às taxas de Publicação de Artigos (APC), a fim de não sobrecarregar os pesquisadores. Além disso, é necessário fomentar modelos inovadores de sustentabilidade para periódicos que não dependam exclusivamente dos pesquisadores para financiamento.

2. Criação de Comitê para Seleção de Periódicos Nacionais e Combate aos Predatórios

Foi proposta a formação de um comitê responsável por identificar e recomendar periódicos nacionais de qualidade, com experiência e práticas editoriais éticas. Esses periódicos poderiam receber incentivos para aprimorar sua produção, garantindo a divulgação de pesquisas de alta qualidade.

3. Estratificação de Periódicos em Consolidados e Emergentes

Reconhecendo a importância de apoiar tanto periódicos consolidados quanto emergentes, sugeriu-se a estratificação dessas publicações. Isso possibilitaria o suporte a revistas novas e em ascensão, incluindo aquelas ligadas a sociedades científicas, promovendo a consolidação de periódicos nacionais e a soberania da ciência brasileira.

4. Profissionalização do Processo Editorial

Destacou-se a importância de profissionalizar o processo editorial das revistas científicas. Isso visa aprimorar a qualidade e o alcance dessas publicações, além de considerar a possibilidade de estabelecer uma Editora Científica profissional para auxiliar nesse processo.

5. Apoio a Revistas de Sociedades Científicas

Propõe-se a flexibilização ou estratificação de editais de financiamento para garantir que revistas vinculadas a sociedades científicas tenham acesso a recursos. Isso levaria em consideração as características e contribuições dessas revistas.

6. Incentivo ao Acesso Aberto Além dos Encontros Transformativos

Além dos acordos de encontros transformativos, é necessário incentivar o acesso aberto por meio de outras ações e iniciativas que promovam periódicos nacionais. Isso ajudaria a destacar a liderança do Brasil no movimento de acesso aberto, destacando a importância da Scielo e suas contribuições.

Eixo 6 - Estratificação e Representatividade em Conselhos Deliberativos

1. Ampliação da Representatividade de Pesquisadores e Pesquisadoras em Meio de Carreira

Destacou-se a importância de envolver pesquisadores e pesquisadoras em meio de carreira em conselhos e órgãos de tomada de decisão como uma maneira de garantir a representatividade e a voz desses profissionais emergentes. Ressaltou-se a necessidade de incluir pesquisadores e pesquisadoras em meio de carreira nas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e nos Comitês Avaliadores (CAs) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Isso permitiria que suas vozes fossem ouvidas nas decisões e políticas de pesquisa.

2. Incentivo à participação em sociedades científicas

Sugere-se a participação ativa de sociedades científicas e da comunidade acadêmica na busca por representatividade nos comitês avaliadores, auxiliando na formatação das políticas de pesquisa. A possibilidade de cotas para garantir a representatividade de diferentes grupos de pesquisadores foi mencionada. Portanto, propõe-se a criação de mecanismos de financiamento específicos para impulsionar e consolidar a atuação dessas lideranças científicas emergentes.

3. Revisão das Regras de Reconhecimento em Sociedades Científicas

Uma questão crucial destacada durante as discussões é a necessidade premente de revisar as regras de reconhecimento na carreira acadêmica com base no tempo de formação. Atualmente, muitos critérios para a entrada em sociedades científicas são definidos estritamente pela idade dos pesquisadores, o que desconsidera as complexidades e desafios enfrentados por pesquisadores, em especial, aquelas que têm responsabilidades parentais. É fundamental que as associações científicas e as instituições de pesquisa considerem a revisão dessas regras e estabeleçam critérios mais justos e inclusivos, que levem em conta o tempo efetivamente dedicado à pesquisa e à carreira acadêmica. Esta mudança seria particularmente benéfica para as pesquisadoras que, frequentemente, enfrentam interrupções em suas carreiras devido a licença maternidade, cuidados parentais e outras responsabilidades familiares.

4. Maior Estratificação de Chamadas de Pesquisa

Sugere-se uma maior estratificação das chamadas de pesquisa para incluir especificamente pesquisadores e pesquisadoras em meio de carreira. Isso possibilitaria a criação de oportunidades e

incentivos direcionados a essa categoria. Considera-se a redefinição das categorias "jovem", "médio" e "sênior" dentro do sistema acadêmico, levando em conta a criação de novas categorias que reflitam melhor as diferentes etapas da carreira acadêmica. A ideia de estratificar editais para contemplar pesquisadores e pesquisadoras em diferentes níveis de experiência foi discutida, com o objetivo de reduzir disparidades e promover oportunidades equitativas no âmbito da pesquisa.

5. Levantamento da Participação nos Conselhos das FAPs em Todo o País

Uma medida estratégica em andamento envolve a realização de um levantamento abrangente dos processos de participação e eleição nos conselhos das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) em todo o Brasil. Este levantamento tem o objetivo de mapear a situação atual dessas fundações, identificando os mecanismos e critérios envolvidos na eleição e participação de pesquisadores, especialmente os que se encontram em meio de carreira. Ao compreender as nuances locais, será possível elaborar estratégias mais precisas para garantir a representatividade, transparência e a participação ativa de pesquisadores em meio de carreira nos processos de tomada de decisão dessas instituições, fundamental para promover a equidade e a justiça na ciência, assegurando que os interesses e as contribuições desses profissionais emergentes sejam devidamente considerados nas políticas de pesquisa. Como resultado, fortalecerá o sistema de ciência e tecnologia do Brasil e contribuirá para a formação de líderes científicos representados em conselhos e órgãos de tomada de decisão no âmbito acadêmico e de pesquisa.

Eixo 7 - Por uma Ciência Aberta, Responsável, Justa e Acessível

1. Equidade de Gênero e Políticas de Ação Afirmativa

É destacada a importância de promover a equidade de gênero e políticas de ação afirmativa na ciência. Isso inclui lutar por salários mais justos para todos os pesquisadores e implementar políticas afirmativas para promover a diversidade de gênero e combater o machismo, a homofobia e o racismo na academia.

2. Licença Maternidade e Bolsas DTI

Foram discutidas a inclusão da licença maternidade na Plataforma Lattes e sua aplicação em algumas modalidades de bolsa. Também se mencionou que as bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI) são demandadas e recebidas por parceiros, e o CNPq busca viabilizar o aumento dessas bolsas, bem como discutir critérios.

3. Incentivos para Pesquisadores e pesquisadoras em Estados Diversos

Considerando as diferenças e assimetrias entre os estados em termos de desenvolvimento e financiamento de pesquisa, propõe-se a criação de diferentes ambientes e incentivos para apoiar o desenvolvimento da pesquisa em diferentes regiões do Brasil. Isso visa a promover uma distribuição mais equitativa das oportunidades de pesquisa em todo o país.

4. Apoio às Ciências Humanas e Sociais

Abordou-se a desvalorização das áreas de Ciências Humanas e Sociais no governo anterior. O CNPq pretende atender a essas áreas com a criação de novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

(INCTs) e ações relacionadas ao combate à fome, que têm afinidade com essas disciplinas. Também se mencionou a continuidade do Edital Pró-Humanidades.

5. Apoio à Saúde Mental na Academia

A questão da saúde mental dos alunos de pós-graduação e pesquisadores foi levantada. O CNPq indicou que essa demanda deve ser direcionada ao Ministério da Saúde, mas que pode atender a chamadas relacionadas a essa área. Destacamos que ações para promoção da saúde mental na academia devem ser conjuntas para que possamos avançar na academia, reduzindo evasões e melhorando os indicadores.